

EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E POLÍTICA PÚBLICA: AVANÇOS E DESAFIOS NA VIVÊNCIA DA AUTOGESTÃO

Rita de Cássia Arruda Fajardo (Instituto Federal de São Paulo – *campus* São Carlos); Paulo Eduardo Gomes Bento (Universidade Federal de São Carlos)
Email: ritacaf@gmail.com; paulobento@dep.ufscar.br

Não há agência financiadora.

Grupo de trabalho 5: Sociedade civil e políticas públicas

1. Introdução

O mundo do trabalho tem passado por muitas transformações, especialmente a partir da década de 80 do século XX, não só nos países de capitalismo avançado, como nos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil. Foi nessa década que se intensificou a implantação de modelos flexíveis de produção, com vistas ao aumento da produtividade, a chamada reestruturação produtiva.

Um das consequências desse processo foi o aumento do desemprego, com a extinção de milhares de postos de trabalho. O aumento do desemprego foi um dos fatores que fez com que houvesse uma organização dos trabalhadores e trabalhadoras, de forma coletiva, para garantir a sua sobrevivência. Para diversos autores (GAIGER, 2003; LEITE, 2009; METELLO, 2007; SINGER, 2002, 2003, entre outros) o desemprego foi um dos principais fatores da organização dos trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários (EES).

Neste contexto de vulnerabilidade, as camadas mais empobrecidas são as mais atingidas pelo desemprego. É neste contexto que as experiências autogestionárias, que se convencionou chamar de economia solidária (ES), ressurgem no país e têm uma maior visibilidade a partir da década de 90.

Do ponto de vista teórico, economia solidária é um conceito em construção e não há um consenso ou uma única definição para esta forma organizativa. Singer (2002) define a economia solidária como um

modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda. (SINGER, 2002, p.10).

Embora não exista atualmente um consenso teórico, pode-se observar que alguns preceitos estão associados às concepções desta atividade econômica: a

solidariedade, a autogestão, relações de equidade, cooperação e organização coletiva do trabalho.

A partir do final dos anos 90 e início dos anos 2000, com experiências econômico-solidárias bem sucedidas ganhando visibilidade, estas experiências passaram a ser incorporadas como alternativas ao desemprego em programas de governos locais, e ampliam-se experiências de organizações de economia solidária para além da sociedade civil, ganhando espaços como política pública (BARBOSA, 2008).

Este artigo trata da relação entre as políticas públicas e os empreendimentos econômicos solidários (EES). Tem por objetivo identificar aspectos positivos e desafios a serem superados na vivência da autogestão, sob o ponto de vista dos EES, no que diz respeito à política pública municipal de São Carlos/SP e às práticas autogestionárias dos empreendimentos, buscando apontar melhorias para essa relação.

A política pública de economia solidária implementada no âmbito da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP existe desde 2001, caracterizando-se como uma situação peculiar, já que no Brasil são poucos os casos em que não há interrupção desta política com alternância de partidos nas eleições nas cidades. Esse foi um critério fundamental para a escolha do estudo de caso.

Os/as trabalhadores/as da economia solidária organizam-se em movimento social e caracterizam-na como um projeto de desenvolvimento e emancipação dos/as trabalhadores/as das relações assalariadas. Este projeto de desenvolvimento congrega a organização da produção, comercialização, consumo e crédito.

Nas deliberações da II Conferencia Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em 2010, a economia solidária foi reafirmada como uma estratégia coletiva para o desenvolvimento e foram reconhecidos os avanços e acúmulos das políticas públicas nos âmbitos municipais, estaduais e federal, assim como, uma maior organização do movimento de economia solidária.

A II CONAES apontou também os desafios a serem superados, como a limitação das políticas públicas existentes, que ficam aquém das necessidades dos empreendimentos; a limitação de recursos financeiros e estrutura institucional para a execução dos programas de economia solidária, dificultando o fomento aos empreendimentos, além das dificuldades de apoio governamental no fomento aos empreendimentos de economia solidária e ao crédito limitado e muitas vezes inexistente. (BRASIL, 2010, p.10).

Na III CONAES, em 2014, que teve como tema “Construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável”, o eixo ambiente institucional, teve em suas deliberações várias propostas relativas à aprovação de legislações específicas, tais como previdência, compras públicas, cooperativismo, EES, além da construção de planos nacionais municipais, estaduais e federal. A inexistência de legislação específica é tida como um entrave ao desenvolvimento da economia solidária em âmbito nacional. A conferência também debateu sobre a necessidade de aprovação de uma legislação que estabelece o Sistema Nacional de Economia Solidária e da Lei Geral da Economia Solidária (PL 4685/2012). A transversalidade nas políticas públicas foi uma constante nas deliberações. (BRASIL, 2014, pp 23-30).

Observa-se, assim, que os/as trabalhadores/as têm uma importante preocupação com as políticas públicas, e como estas políticas podem fomentar o desenvolvimento da economia solidária.

2. A política pública institucional da prefeitura de São Carlos/SP: o Programa de Fomento à Economia Solidária

O Programa de Fomento à Economia Solidária de São Carlos tem como objetivo:

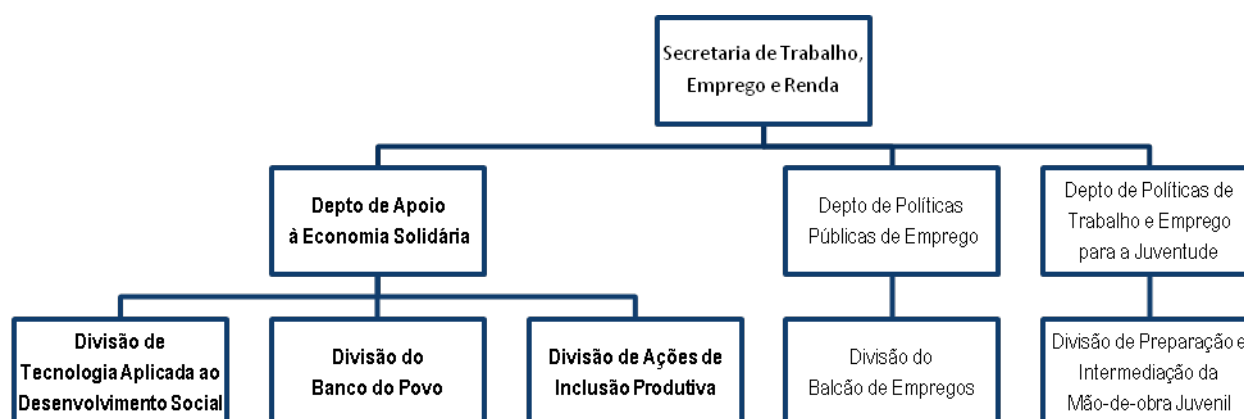
atender aos cidadãos e aos grupos, com prioridade para aqueles que vivam em situação de vulnerabilidade social que habitem em regiões com baixo índice de desenvolvimento humano, que desejem se organizar em empreendimentos populares e solidários e/ou consolidar aqueles já constituídos, que sejam residentes e domiciliados ou sediados no município de São Carlos. É um programa de apoio e fomento para geração de ocupação e renda, assessorando e apoiando na organização de empreendimentos coletivos (associativos, cooperativas e comunitários) e familiares/individuais. (SÃO CARLOS, 2009).

Este programa foi instituído formalmente pela Lei Municipal 15.196/2010. No artigo 6º são definidos os princípios da política municipal de economia solidária, como sendo:

- I** - a valorização do ser humano;
- II** - o bem-estar e a justiça social;
- III** - o direito do trabalho decente;
- IV** - o primado do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores;
- V** - a valorização da autogestão, da cooperação e da solidariedade;
- VI** - a instituição de relações igualitárias entre homens e mulheres;
- VII** - o tratamento igualitário a todas as pessoas, sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo, idade, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação;
- VIII** - o desenvolvimento local integrado e sustentável com a preservação do para gestores públicos e interessados. (SÃO CARLOS, 2010a).

O Programa de Fomento à Economia Solidária de São Carlos é executado pelo Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES), locado na Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda da Prefeitura Municipal. A figura 1 ilustra o organograma administrativo da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda.

Figura 1: Organograma da Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda



Fonte: PMSC, 2010b.

Na sua implementação, ao longo dos anos, buscou apoiar o desenvolvimento de iniciativas na geração de trabalho e renda visando a criação de empreendimentos populares e solidários. Dados fornecidos pelo DAES, em abril de 2014, indicavam a existência de vinte e oito empreendimentos e trezentos e trinta empreendedores/as no município.

O programa inclui atividades de formação em autogestão e de conteúdo específico relativo à atividade laboral de acordo com a demanda dos empreendimentos, capacitação em gestão de empreendimento e acompanhamento do grupo após o início de suas atividades. Tem o intuito de criar melhores condições para que os grupos busquem alternativas para geração de trabalho e renda de uma maneira solidária e participativa. É importante observar que as necessidades específicas solicitadas pelos empreendimentos têm prioridade de atendimento.

Outra lei municipal, em vigor desde 2011, instituiu a Conferência Municipal de Economia Solidária no município de São Carlos, com periodicidade de dois anos. No artigo 2º o caráter da conferência é assim definido:

Art. 2º A Conferência Municipal de Economia Solidária é um foro de debates aberto a todos os setores da sociedade, que tem como objetivo avaliar, discutir e propor medidas e ações sobre os vários temas referentes à questão da economia solidária no Município, definindo prioridades, estratégias e metas. (SÃO CARLOS, 2011a).

Outro marco legal importante foi a instituição do Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos (COMESOL) e do fundo municipal de economia solidária, instituídos pela Lei Municipal nº 15.853/2011 que “dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária e o Fundo Municipal de Fomento à Economia Solidária e dá outras providências” (SÃO CARLOS, 2011b).

A versão final teve uma alteração pela Lei 16.212 de 21 de maio de 2011 que aumentou, de dezoito para vinte, o número de componentes do conselho. Esta alteração foi fruto de uma solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, que inicialmente não fazia parte da composição do conselho.

O Conselho Municipal de Economia Solidária de São Carlos é paritário, ou seja, 50% dos seus representantes são eleitos pela sociedade civil e 50% são indicados pelo governo municipal. É um órgão consultivo e deliberativo. Cabe-se ressaltar que é um dos únicos conselhos do município que tem caráter deliberativo.

A política pública visa a promoção da autogestão econômica dos empreendimentos de várias formas. Faz parte do processo de construção autogestionária fomentar a constituição de fóruns próprios dos/as empreendedores/as e dos grupos de economia solidária que surgirem do processo de formação e capacitação, ou que se aproximarem da política pública, para que possam debater, fazer trocas e articular formas de organização emancipadoras, autônomas e com capilaridade cada vez mais abrangentes no município.

A forma organizativa dos empreendimentos no movimento social é no Fórum Municipal de Economia Solidária (FMES). Ele está organizado desde 2010 e tem reuniões periódicas mensais. É um espaço onde os empreendimentos discutem suas reivindicações e a relação com o poder público municipal. Há representantes de São Carlos também no Fórum Paulista (estadual) e no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

2.1 Os espaços físicos

Fruto do diálogo entre os empreendimentos solidários e os gestores públicos foi criado em São Carlos, em 2004, um Centro Público de Economia Solidária (CPES) por meio de um convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do

governo federal. Em 26 de maio de 2008 foi inaugurado o Centro Público de Economia Solidária de São Carlos “Herbert de Souza – Betinho”, com o objetivo de

potencializar a execução de ações junto aos empreendimentos e redes de empreendimentos econômicos e solidários, centrais e associações ou outras formas coletivas de organização e representação de empreendimentos econômicos e solidários e, desempregados e/ou subempregados que desejem organizarem-se em empreendimentos econômicos e solidários, como também ser um espaço de organização e fortalecimento do Fórum Municipal de Economia Solidária, incentivando seus membros a participarem dos movimentos estaduais e nacionais de economia solidária e áreas afins. (SÃO CARLOS, 2009).

A partir da inauguração do Centro Público, o Departamento de Apoio à Economia Solidária ficou sediado no mesmo prédio, localizado no centro da cidade. A localização central do prédio foi um critério estipulado em comum acordo com os empreendimentos de economia solidária, devido à facilidade de acesso com transporte público.

Outro espaço público da economia solidária é o Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann”, inaugurado em 2012.

A ocupação deste espaço está prevista para a formação de três empreendimentos no segmento da construção civil, com o objetivo de construir uma rede no setor. Desde 2012 está sendo executado um projeto de formação de mulheres na área da construção civil, e prevê a compra de equipamentos e a capacitação. Assim, o Centro Público de Produção de Economia Solidária “Rosa Sundermann” servirá de sede para um empreendimento de carpintaria estrutural, prestação e serviços na construção civil e uma central de trabalhadoras autônomas também de prestação de serviços, Este projeto é fruto de um convênio entre a Prefeitura Municipal de São Carlos e a Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal.

A comercialização é uma preocupação constante no fomento da economia solidária, pois é por ela que se atinge a sustentabilidade econômica dos empreendimentos, condições de produção e reprodução da vida destes homens e mulheres. Com esta preocupação, são executadas várias formas de fomento para ações pontuais e algumas mais contínuas de comercialização em espaços públicos e com apoio estrutural do poder público, destacando-se:

□ Feira de Economia Solidária de São Carlos - Praça XV: desde 2000 a feira foi organizada pela Associação dos Artesãos e Artistas de São Carlos (AARTESCAR). É um espaço de comercialização de artesãos e empreendimentos de alimentação com atividades culturais que acontece semanalmente aos domingos. A partir

do Decreto Municipal 95/2014, a feira foi transformada em espaço de todos os empreendimentos de economia solidária.

□ Feira de Economia Solidária: com periodicidade anual, em 2015 foi realizada a sétima edição desta feira. Ela acontece em conjunto com o Contato- Festival Multimídia Colaborativo, formando uma rede entre vários empreendimentos solidários da cidade. Cerca de um terço dos participantes são de empreendimentos de outras cidades e estados do Brasil. Esse evento acontece em praça pública, podendo haver rotatividade de local.

□ Feira de Cultura e Economia Solidária: feira anual, acontece em conjunto com o “Grito do Rock”, atividade realizada em vários países do mundo e organizada pelo coletivo Casa Fora do Eixo em São Carlos. O local de realização é em praça pública, podendo haver rotatividade de um ano para outro. Em 2015 foi realizada a sétima edição.

□ Loja de “Artesanato Solidário” é um ponto fixo de comercialização localizada no Mercado Municipal e pertence à Prefeitura Municipal de São Carlos. Foi feita a cessão de uso do espaço legalmente para a UNIARTE. A loja é autogestionária e funciona com revezamento dos/as expositores/as; os custos de manutenção também são de responsabilidade dos/as expositores/as.

□ Box na Praça do Comércio – é também um ponto fixo de comercialização. O espaço é reservado para fins de inclusão produtiva e foi cedido ao DAES para ações neste sentido. O espaço é autogestionário e está ocupado pelo grupo Magia do Artesanato.

3. Metodologia

Para a pesquisa junto aos empreendimentos econômicos solidários foi adotada a metodologia comunicativa crítica (MCC). Essa metodologia foi desenvolvida no início dos anos 90 pelo Centro Especial de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona, por meio de diferentes pesquisas e contínuos debates teóricos.

A metodologia parte do pressuposto que no século XXI a sociedade tem cada vez mais o diálogo como elemento central, constituindo-se como uma categoria social nas relações em todos os âmbitos (econômico, político, social, familiar, etc.). A proposta metodológica é comunicativa, porque busca superar a dicotomia objeto/sujeito de pesquisa

pelas relações de intersubjetividade e é crítica porque parte da capacidade de reflexão e autorreflexão das pessoas participantes e da sociedade. (GÓMEZ et al., 2006, p.12).

A MCC tem como base do conhecimento a interação entre as pessoas e grupos e a comunicação entre eles, num processo que é alicerçado na construção de validação coletiva, superando a tradicional relação de poder entre pesquisador/pesquisado, estabelecendo um diálogo entre ciência e sociedade. Nesta metodologia busca-se estabelecer relações mais igualitárias, nas quais o/a pesquisador/a deve incorporar ao diálogo o conhecimento científico disponível, que pode ser refutado, transformado, ampliado ou validado pelos participantes de acordo com seus saberes. Também é papel do/a pesquisador/a a sistematização dos dados, que deve submeter ao grupo os resultados para validação, ou não, da análise, até que se chegue a um resultado final, consensualmente admitido pelo grupo.

A proposta da coleta de dados na MCC também contempla a utilização de métodos quantitativos e qualitativos. O que a diferencia de outros métodos é o seu caráter participativo, no qual os representantes de comunidades ou coletivos, que fazem parte da pesquisa, participam do projeto, da realização da investigação e de suas conclusões, seguindo os postulados com a orientação comunicativa, interagindo, refletindo e decidindo em todas estas etapas.

Assim, a MCC propõe um processo comunicativo de produção de conhecimento, na medida em que coloca o diálogo, a interação, as interpretações e a validação dos resultados de forma coletiva.

A MCC trabalha com duas dimensões na análise dos dados: as dimensões transformadoras – elementos que permitem a superação dos problemas e transformação da realidade – e as dimensões excludentes – elementos que são obstáculos à superação de uma realidade – o que Gómez et. al (2006) chama de nível básico de análise.

Para esta pesquisa foi criado um quadro de análise, e na sistematização de dados foram cruzadas as informações sobre as categorias políticas públicas e autogestão dos empreendimentos com as dimensões excludentes e transformadoras.

Quadro 1 – Quadro temático de análise: categorias políticas públicas e autogestão e dimensões excludentes e transformadoras

	Categorias	Políticas Públicas	Autogestão
Dimensões			
Elementos excludentes			
Elementos transformadores			

Fonte: Gómez et. al (2006, p.100) [adaptado]

A coleta de dados foi feita por meio da técnica de grupo de discussão comunicativo, o que possibilitou um aprofundamento da reflexão e construção de conteúdos, com pessoas representantes de empreendimentos, que participam do Programa de Fomento à Economia Solidária da política pública municipal de São Carlos.

O objetivo do grupo de discussão comunicativo é confrontar posicionamentos individuais com coletivos, colocando-se em contato diferentes perspectivas e experiências. Esta técnica é utilizada especialmente quando se deseja

describir y comprender las percepciones sobre una determinada situación, un programa o un acontecimiento, siendo su objetivo-meta obtener información exhaustiva sobre las necesidades, intereses y preocupaciones de un determinado grupo social. (GÓMEZ et al, 2006, p.81).

Para Gómez et al (2006, p. 84) o funcionamento do grupo de discussão comunicativo pode ser resumido da seguinte forma:

- a) seu objetivo é gerar informação de forma coletiva, buscando-se o consenso, com vista a transformação da realidade;
- b) é focado em obter informações com a realização de um diálogo igualitário, com base em critérios de validade. Contrasta teorias científicas com os saberes e opiniões das pessoas que participam do grupo.
- c) é formado por pessoas que têm algo em comum com o que se deseja estudar, ou seja, é um grupo “natural”. O diálogo é feito por mais de uma vez, englobando todas as etapas do estudo, inclusive as conclusões, que deverão ser validadas pelo grupo;
- d) a interpretação dos posicionamentos dos conteúdos é feita conjuntamente entre o/a pesquisador/a e o grupo;
- e) o/a pesquisador/a faz parte do grupo, com a função de socializar as bases científicas já existentes e tem o papel de coordenador/a do grupo.

Desta forma, para a seleção dos empreendimentos que fizeram parte deste estudo, foram utilizados os seguintes critérios:

- ser empreendimento cadastrado no Conselho Municipal de Economia Solidária (COMESOL) ou ter membros eleitos no conselho;
- diversidade de segmento econômico dos empreendimentos;
- participação no movimento de economia solidária, nesse caso, do Fórum Municipal de Economia Solidária.

Estes critérios pareceram ser os principais, além de suficientes, para o alcance e as possibilidades de verificação da investigação. Assim, foram convidados os

seguintes coletivos para formarem o grupo comunicativo: ACASC (serviço de alimentação), Associação dos Produtores Rurais Nova Santa Helena (produção rural), Contato Festival Multimídia Colaborativo (fomento em cultura), COOPERVIDA (cooperativa de catadores de resíduos recicláveis), UNIARTE (artesanato e serviços), e TASCA (artesanato e serviços). A composição final do grupo teve oito pessoas representantes destes grupos.

Com base no quadro 1, foi construída uma matriz de análise, com as opiniões coletadas nos grupos comunicativos, que foram elencadas nas colunas temáticas.

A MCC prevê que seja mantido anonimato e privacidade das pessoas participantes (GÓMEZ, 2006, p.70). Assim, para cada participante foi dado um número, para que houvesse fidelidade a esse postulado da MCC.

Na execução da investigação foram realizados quatro encontros com o grupo, transcritos os diálogos e analisadas as visões dos empreendimentos. Os conteúdos foram sistematizados e no quarto encontro foram apresentados ao grupo, discutidos e consensuados com os/as participantes.

Além da investigação junto aos EESs, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa documental sobre a política pública, com base nas produções Departamento de Apoio à Economia Solidária (DAES) da Prefeitura Municipal de São Carlos, como forma de subsidiar as informações e confrontar ou mesmo reafirmar propostas e postulados considerados pelo poder público municipal.

4. Empreendimentos solidários e política pública de economia solidária: a visão dos empreendimentos

Apresenta-se a seguir a reflexão sobre a autogestão e a política pública de economia solidária, sob a visão dos empreendimentos que fazem parte desta política.

O quadro 2 sintetiza a análise da MCC especificando elementos transformadores e elementos excludentes que forma destacados a partir no diálogo e reflexão sobre a política pública de economia solidária. Pode-se observar que há um predomínio de elementos citados em políticas públicas em detrimento aos aspectos da autogestão.

Quadro 2 – Elementos transformadores e elementos excludentes no diálogo e reflexão sobre a política pública de economia solidária e autogestão dos empreendimentos

Categorias Dimensões	Políticas Públicas	Autogestão
Elementos excludentes	1. Descontinuidade da política pública com a mudança de governo e troca de gestores - a não construção de uma política de estado 2. Falta de planejamento do poder público construído junto os grupos 3. Ausência de orientação nos processos produtivos e de pesquisa de mercado para a formação de novos empreendimentos (tentativa e erro). 4. Inexistência de marco legal específico (em várias áreas, tributária, formalização, etc.) para empreendimentos econômicos solidários. 5. Ausência de formação técnica (administrativa) de autogestão na criação de empreendimentos solidários. 6. Relação muito burocratizada entre poder público e empreendimentos 7. Problema de diálogo e comunicação entre poder público e empreendimentos 8. Perda de identidade dos empreendimentos com o espaço público com a nova gestão 9. Falta de transversalidade da política pública de economia solidária com outras secretarias da prefeitura 10. Cursos de capacitação técnica relativos ao trabalho dos empreendimentos, que não oferecidos.	16. Empreendimentos não se organizam para diálogo e reivindicações com poder público 17. Dependência financeira e de gestão dos empreendimentos em relação ao poder público
Elementos transformadores	11. Oferta de assessoria e orientação para formação do empreendimento 12. Apoio às ações dos empreendimentos 13. Gestores sintonizados na política pública 14. Gestores que iniciaram o programa bem preparados 15. Oferta de cursos de qualificação	18. Encontros dos empreendimentos, trocas de experiências com outros coletivos 19. Compreensão e empoderamento dos empreendimentos da política pública de economia solidária 20. Fortalecimento dos/as empreendedores/as para o diálogo com o poder público

Fonte: Próprios autores (2014)

A mudança de gestores, que aconteceu com a posse do governo municipal a partir de janeiro de 2013, foi um elemento que apareceu diversas vezes durante os diálogos, como um obstáculo ao desenvolvimento da política pública. Os/ participantes da pesquisa identificaram os seguintes obstáculos na relação com os/as gestores/as

públicos/as: dificuldade de diálogo e de comunicação com os grupos, morosidade no andamento de projetos que já estavam em curso, ideias pré-concebidas dos empreendimentos com desconhecimento da realidade das relações, mudanças nas relações de assessoria com os empreendimentos, a ausência de novos cursos de formação para os empreendimentos, entre outras.

Expressa-se desta forma um distanciamento entre empreendimentos e gestores públicos, como se pode verificar na fala do Participante 8

A gente entrou, a gente ia lá, e se sentia bem, entrava lá, ia lá para a nossa salinha lá, pegava o que tinha que pegar, falava oi pra todo mundo, e tinha uma proximidade. Nessa gestão eu não vejo essa proximidade. (...) Na verdade eu acho que é assim: eu sou do poder público e vocês são empreendimentos, então ficou a relação assim (...) Cadê que a gente entra na salinha lá e fala assim, “ah vamos fazer um círculo para todo mundo conversar?” Nunca mais vi isso. (...) Estou falando alto, mas existe esse distanciamento muito grande. (...) Eu acho assim, na questão do poder público, nessa gestão, (...) ele criou um distanciamento muito grande”. (PARTICIPANTE 8).

Mesmo quando perguntado sobre a questão dos técnicos, pois há três técnicos funcionários concursados no departamento compondo um quadro fixo de funcionários, e se os diálogos não poderiam ser feitos pelos técnicos, obteve-se a resposta de que os técnicos não têm uma proximidade com os empreendimentos, com os diálogos políticos, essa relação foi construída prioritariamente com os cargos de confiança: “os técnicos eles não estavam aqui com um envolvimento na política de economia pública. Eles eram funcionários do departamento” (PARTICIPANTE 1).

Conforme foi colocado, foi mudado o departamento. Quando ele é só político, quando ele é um departamento que o que interessa é a política, é diferente. Porque mudou o gestor. Mas existem alguns departamentos que você tem dar continuidade. Por exemplo, nós infelizmente, estamos passando por isso na nossa cidade. A gente não tem um departamento da cidade que está redondinho porque tiraram todas as pessoas que estavam lá, que entendiam e ficaram leiloando cargo, entendeu? Eu senti assim, por mais boa vontade que tenham as pessoas que estão aqui hoje, elas não têm o conhecimento da economia solidária. Elas não passaram por um processo bem feito, tudo, de, então mudou vai ficar aquela equipe, vai vir um encarregado, mas vai se manter umas pessoas chaves. Não. Foi tudo limado. E aí ficou desse jeito. (...) Então tá difícil, tá difícil. Então eu acho que não é simplesmente mudou o governo. O governo tinha que ter consciência de que certos departamentos você tem que por as pessoas certas ou, pelo menos, permanecer quem entenda. Não fazer um joguinho de tira daqui põe lá, agora eu ponho meu pessoal, a minha cara ai dentro. Aqui dentro não funcionou. (PARTICIPANTE 1).

Mudanças na estrutura sem dialogar com os empreendimentos, falta de manutenção de equipamentos, somado às relações estabelecidas até a realização dos grupos comunicativos demonstram uma situação incômoda para os empreendimentos já que o centro público foi concebido em seu projeto original como um espaço dos

empreendimentos. Estas alterações trouxeram também uma perda de identidade das pessoas com o espaço público. Como o processo que originou o Centro Público teve um forte diálogo com os empreendimentos, sendo participativo em sua construção, regulamentação, etc., os/as empreendedores se sentem na atualidade aliados do espaço.

(...) O telecentro não funciona mais, né? O telecentro não funciona mais. Está desativado, isso eu quero por no fórum, que é uma vergonha (...) não tem mais computador para empreendimento. (PARTICIPANTE 1).

(...) Já foi dominado, entendeu? Era essa questão que eu ia falar. Ele já foi dominado. Porque aquela coisa que era pra ser da gente, já não é. Você pode ver o que a Participante 1 estava falando. Falei que não, a gente entrava e ia lá para o lado dos empreendimentos, hoje não é mais assim. A Participante 1 está falando que não consegue usar lá os computadores. Aquilo ali foi feito para nós, você entendeu? (...) A gente chegava aqui, nós tínhamos nosso armário. Eles tiraram todos os armários de lá, daquela saleta lá dos empreendimentos (...) Eles estão lá mas (...), o menino falou que não ia poder mais usar para a gente guardar nossas coisas (...). A gente tá aqui, mas assim, dá a impressão que a gente está de favor, entendeu? Que a gente está esmolando aquilo que é de direito nosso, né? (PARTICIPANTE 8).

Muito embora o Programa de Fomento à Economia Solidária tenha ações transversais com outras secretarias, a ausência dessa transversalidade foi recorrente durante os diálogos. As atividades dos empreendimentos envolvem diversas outras secretarias, mas há um descompasso entre as ações da economia solidária e outros setores, como no caso do desconhecimento do Sistema Integrado do Município (SIM) “por que se você chegar na prefeitura, você chega ali no SIM: ‘eu sou da economia solidária’. Eles falam: ‘o que é isso?’”(PARTICIPANTE 3). Ou ainda da Feira da Estação que acontecia há anos no município, na plataforma da antiga estação ferroviária e que terminou por falta de compreensão e diálogo:

Porque, por exemplo, o que aconteceu com a gente? A gente fazia a feira na estação. Estava tudo bonitinho. Quando o [nome do responsável pela Fundação Pró-Memória] foi nomeado, eu já fiz o ofício, eu já faço tudo em ofício e tem gente que é contra ofício, mas eu prefiro fazer ofício. Ele recebeu a gente muito bem, marcou reunião. Na primeira feira que a gente fez lá o que ele falou pra mim? Ele falou assim: “vocês vêm fazer festa na casa dos outros e eu mesmo não apareço na televisão.” (...) Mas o que ele falou pra mim? Porque a EPTV foi fazer a abertura ao vivo e ele achou que ele apareceu pouco. “Então vocês vieram fazer festa na minha casa e eu mesmo não apareci na televisão”. (...) Tanto é que ele falou assim pra mim, “aqui não é lugar de fazer feira de artesanato. Aqui é exposição. Aqui é um museu. (...) Eu acho que vocês deveriam ir fazer feira lá aonde é a exposição de orquídeas”. Foi quando a gente falou, em ofício também, que a gente ia cancelar as feiras, não ia fazer mais. (PARTICIPANTE 3).

Entre os elementos excludentes, aparece com destaque a inexistência de um marco legal específico para a economia solidária. Muito embora esta seja uma questão que extrapole a política pública municipal, como já exposto nas deliberações da III CONAES,

ela é vista como um grande problema para os empreendimentos, dado que várias formas organizativas dos empreendimentos não encontram na lei uma regulamentação.

Durante os diálogos, foi reafirmado várias vezes pelos/as participantes que não existem marcos legais para empreendimentos solidários, mas houve um grande avanço neste sentido para os micro empreendedores individuais, os chamados MEI, e que esta tem sido uma opção de formalização dentro dos empreendimentos solidários para resolver as questões legais referentes ao fisco e à previdência social. Excetuando as cooperativas, que não são a forma jurídica adequada para vários empreendimentos, existe a figura jurídica das associações, mas que, pela legislação vigente, não podem ter fins econômicos, sendo, portanto, uma forma não adequada para empreendimentos cuja finalidade é geração de renda.

Além disso, observa-se que houve um avanço estimulando a formalização de empreendedores individuais o que não aconteceu com as organizações coletivas como a economia solidária.

As mesmas exigências que eles fazem para uma multinacional vão fazer para uma associação que não tem nem capital, não tem dinheiro (...) É a mesma coisa, o custo é o mesmo, as obrigações são as mesmas, e é uma dificuldade realmente. (...) Mas se uma associação ou uma cooperativa tivesse o mesmo tratamento a gente também estaria contribuindo para os associados, (...) num valor igual do MEI é possível. Agora como que você pode contribuir 20% sobre um associado, de um associado? O empreendimento tem condições? Não tem condições. (PARTICIPANTE 3).

Dentro dos empreendimentos está se enfrentando um monte de gente com MEI. Está se garantindo o futuro. E como é que você trabalha economia solidária, com pensamento capitalista, sem essa parte política aí? (...) O marco legal? Por causa disso, porque nós não temos o mesmo olhar do governo, os empreendimentos não têm, se você for cooperativa, tudo bem, mas tem uns que não dá pra ser. Cooperativa não é tudo. Economia solidária não é cooperativa, tem outros tipos de empreendimentos. Então está difícil mesmo, a gente está nesse lado, a gente tem um longo caminho a percorrer, uma luta bem grande para fazer. (PARTICIPANTE 1).

Os/as participantes reconhecem que falta também uma melhor articulação entre os empreendimentos para o diálogo necessário com o poder público e que isso é um obstáculo a ser transposto, especialmente se este diálogo pressupõe divergências de opinião ou de encaminhamentos.

É que esse pessoal vem preparado para as reuniões, mas os grupos não vêm preparados para a reunião. Não senta um grupo assim: “ó, a gente vai para a reunião e a gente vai decidir isso, isso e isso”. Não vem ninguém preparado. Essa é a diferença de se fazer reunião com seus grupos. (PARTICIPANTE 2).

Eu também acho que os empreendimentos são responsáveis (...) de estar organizando o seu empreendimento. Aí pode peitar a pessoa que está, o gestor. (PARTICIPANTE 3).

Foram levantados como potencializadores das ações transformadoras na política pública de economia solidária cinco elementos: a existência de assessoria e orientação para formação de empreendimentos, apoio às ações dos empreendimentos; o fato dos gestores estarem sintonizados na política pública (neste caso das gestões de governos anteriores de 2001 a 2012); gestores que iniciaram o programa eram bem preparados (foi feita uma estruturação adequada do programa de fomento à economia solidária) e a oferta de cursos de qualificação.

Destes elementos, a questão da assessoria para aos grupos foi a que obteve maior relevância.

Teve bastante ajuda. Ajudou. Porque deu muito problema para formar, para fazer, e através daqui do pessoal da economia solidária é que nós conseguimos. (...) Foi através daqui que conseguimos. Se fosse por nós mesmo a gente tinha desistido no primeiro, segundo tempo, porque nós não conseguíamos fazer isso aí sem ter ajuda do pessoal. (PARTICIPANTE 6).

Os cursos de qualificação, especialmente aqueles voltados não à técnicas de gestão, mas aos conceitos de economia solidária, foram destacados em vários momentos.

Os cursos de qualificação aparecem de duas formas distintas. Quando existem são um elemento transformador. Mas, como o oferecimento destes cursos não é suficiente, aparece também como um obstáculo ao desenvolvimento.

Nas falas, esse item faz uma conexão com a qualificação dos gestores, diferenciando aqueles que iniciaram o programa em 2001 daqueles que foram sendo incorporados nas gestões de governo ao longo dos anos. Foi explicitado que, com o decorrer dos anos, as iniciativas de formação foram diminuindo, assim como a qualificação e vivência desses gestores na economia solidária também não eram as mesmas.

Na visão dos/as participantes, a equipe inicial de programa tinha uma maior formação e vivência em economia solidária, e isso trazia também uma formação mais intensa e transformadora em economia solidária para os empreendimentos. Conforme a equipe foi sendo alterada, com entrada e saída de gestores, essa formação foi se perdendo.

Então eu acho que aqui a gente teve uma felicidade da pessoa que começou a economia solidária aqui ser uma pessoa que tinha muito conhecimento. Ele não chegou aqui pra aprender economia solidária. Ele já tinha muita vivência. Muita. [...]
Isso eu já falo isso há 8 anos atrás. Há 8 anos. E a gente caiu bastante. A gente caiu, mas já não foi só nessa gestão. (PARTICIPANTE 3).

Para os/as participantes, essa vivência e formação inicial dos/as gestores/as foi responsável pelo programa de São Carlos ter se tornado uma referência para outros municípios.

Há um reconhecimento da importância da política pública para a vida dos empreendimentos. Sem ela muitos nem existiriam, ou existiriam, mas não teriam o nível de esclarecimento, organização e de engajamento social que têm hoje. A política pública propiciou um espaço coletivo para os empreendimentos o que também é visto como um avanço importante. O processo de construção deste espaço, segundo os relatos, foi bastante participativo e isso fez com que houvesse aos poucos uma construção de identidade com o lugar.

A comunicação entre gestores e empreendimentos aparece como um dos obstáculos a ser superado. Esta discussão apareceu muitas vezes de forma implícita durante os encontros realizados e deve ser uma preocupação constante, pois é fundamental para que o diálogo aconteça e desta forma, a política pública tenha eficiência na sua execução.

5. Considerações finais

A reflexão feita por trabalhadores/as de empreendimentos econômicos solidários fomentados por políticas públicas, apontando quais são os avanços já conquistados e quais são os desafios a serem superados, é a contribuição deste artigo.

O conhecimento da visão dos empreendimentos sobre a política pública de economia solidária no município de São Carlos, permite concluir que a ação do poder público tem sido fundamental para a organização dos/as trabalhadores/as de empreendimentos solidários no município. Sem a política pública de economia solidária as dificuldades para estes/as trabalhadores/as seriam muito maiores.

A sistematização dos diálogos evidencia que as conquistas em relação à política pública, que já estão consolidadas, não aparecem nem como elemento transformador, nem excludente. Para os/as participantes da investigação, simplesmente fazem parte da política, estão incorporadas, como a existência de marcos legais, do Conselho Municipal de Economia Solidária, do Centro Público de Economia Solidária e da lei que cria o Programa de Fomento à Economia Solidária. As conquistas consolidadas fazem parte da história, estão implícitas na vivência. Os elementos que transpareceram são relacionados às conquistas a serem alcançadas ou às relações que são entraves na vivência autogestionária dos empreendimentos ou que são transformadores no cotidiano.

Há de se considerar que a tentativa de estabelecer uma política de estado para a economia solidária no município ainda não se efetivou. Mesmo tendo no quadro funcional do Departamento de Apoio à Economia Solidária técnicos de empreendedorismo e assistente administrativo, a execução da política e as relações com os empreendimentos ainda estão mais centradas nos cargos de livre nomeação, em outras palavras, cargos de confiança. É interessante observar que a mudança de governo a partir de janeiro de 2013 tornou esse fato evidente e é provável que se esta mudança não tivesse acontecido esse elemento não apareceria. A criação de marcos legais no município, quando comparada a outros, configura-se como um avanço e, por vezes, pioneira, mas ainda é um grande desafio a ser superado em âmbitos estadual e nacional.

O processo de implantação da política pública de economia solidária em São Carlos passa por um amadurecimento após quase catorze anos de existência. Na mudança de governo os empreendimentos sentiram que a existência da política pública estava ameaçada e poderia terminar, então agiram.

São Carlos conseguiu um feito inédito, e eles estão tudo assim, sabe. Porque, na hora que nós vimos que nós podemos perder isso daqui, os empreendimentos vieram pra dentro do lugar, do departamento. A equipe no momento não sabe o que tá fazendo. Os empreendimentos estão cobrando, você entendeu? Eu vejo desse jeito. (PARTICIPANTE 1).

Esta ação mostra uma compreensão do papel protagonista dos empreendimentos no processo de construção da política pública.

Nessa pesquisa os encontros do grupo comunicativo se constituíram também em um espaço de formação e troca de experiências. Os/as participantes detectaram a ausência de um espaço para a reflexão coletiva de suas vivências nos empreendimentos e sobre a política pública de economia solidária, da maneira como estava acontecendo no grupo comunicativo. Surgiu, então, uma proposta de realização de encontros periódicos para trocas coletivas de experiências e saberes.

Foi marcante durante os encontros a avaliação de que estava sendo uma experiência muito interessante e que no movimento não ocorrem reuniões para discutir e trocar experiências. Comentários como: “a gente convive há tanto tempo e não conhece a história de quem está na economia solidária” estiveram presentes nos diálogos durante as conversas informais e também nas falas gravadas e transcritas.

É bom porque se você junta um grupo e cada um tem a liberdade de contar, ah o meu aconteceu assim, assado, a gente entrou no movimento porque que ia favorecer em questão de sobrevivência mesmo. (PARTICIPANTE 8).

Eu acho que isso daqui deveria ser refletido dentro do movimento. Fazer um espaço onde cada grupo contasse a sua história (...) para a gente se aproximar mesmo, quebrar barreiras. (PARTICIPANTE 1).

Estas falas corroboram para uma avaliação positiva e transformadora da opção metodológica desta investigação, que pressupõe o diálogo e a intersubjetividade como condições de transformação de uma realidade.

Pode-se observar que a identificação de elementos transformadores aponta para que as ações das quais eles são frutos devam continuar a serem fortalecidas. Em relação aos elementos excludentes, sua identificação permite a criação de uma plataforma que deve orientar novas ações, ou mesmo reorientar ações já existentes, para que estes elementos possam se tornar transformadores na política pública e na vivência autogestionária.

É necessário aprimorar aspectos das relações entre gestores públicos e empreendedores/as. Identificar elementos de gestão ligados ao processo de gestão, planejamento e execução, assim como, organização do trabalho, autogestão e geração de renda, podem apontar caminhos para uma efetiva contribuição para a melhoria do programa de fomento à economia solidária como um todo, tanto para os gestores públicos quanto para os empreendimentos.

A economia solidária, no seu viés transformador, permite que homens e mulheres trabalhadores/as, em sua ampla maioria excluídos do mercado de trabalho formal, possam se inserir novamente, ou pela primeira vez, de uma forma coletiva, associada e que permite que os conhecimentos tácitos adquiridos ao longo de suas vidas sejam potencializados para a geração de renda e para a sua sobrevivência.

São muitos os desafios a serem enfrentados e superados junto ao público beneficiário da política pública de economia solidária. As relações do mundo do trabalho no modo de produção capitalista não incluem as relações solidárias e autogestionárias. Assim, existem muitas barreiras socioculturais a serem transpostas.

Todos estes fatores, mais os diversos elementos que compõem esta investigação, elencados pelos/as participantes, são a contribuição deste estudo no intuito fornecer reflexões para a melhoria da gestão de políticas públicas de economia solidária.

Não se pode perder de vista neste processo que uma atividade coletiva pode ser transformadora de uma realidade quando há horizontalidade nas relações e quando as pessoas reconhecem a sua importância como seres sociais para essa transformação. Estas

transformações dependem também de investimento, de fomento, de assessoria, de bons projetos, de comprometimento com as relações coletivas e de equidade.

As considerações finais aqui expostas estão longe de ser definitivas. Tiveram o objetivo de contribuir com reflexões sobre ações para o fortalecimento da política pública de economia solidária, numa perspectiva da construção de um modelo de desenvolvimento no qual os seres humanos tenham centralidade, seja sustentável do ponto de vista ambiental, valorize e respeite as diversidades culturais deste/as trabalhadores/as e potencialize as atividades econômicas. Enfim, uma forma de organizar a produção e comercialização que permita a equidade e possibilite a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras em todos os sentidos.

6. Referências

BARBOSA, R. N. C. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA, Maria Ozanira da.; IAZBECK, Maria Carmelita. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2008, pp. 90-129.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **II Conferência Nacional de Economia Solidária**: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável, Brasília, 16 a 18 de junho de 2010. Brasília, DF, 2010. 49p. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D36A28000013731C8C25D7CEE/II_coanes_documento_final.pdf> . Acesso em 06 fev. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **III Conferência Nacional de Economia Solidária**: construindo um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável – deliberações, prioridades temáticas, Brasília, 27 a 30 de novembro de 2014. Brasília, DF, 2014. 30p. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/iii-conaes/>> . Acesso em 23 mai. 2015.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. CADERNO CRH, Salvador, BA, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em <http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf>. Acesso em: 30 out. 2011.

GOMÉZ, J. et al. **Metodologia Comunicativa Crítica**. ElRoure Editorial: Barcelona, 2006, 149 p.

LEITE, M. P. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2009. Vol 24 nº 69.p. 31-51 Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/107/10713664003.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2011

METELLO, D. G. **Os Benefícios da Associação em Cadeias Produtivas Solidárias**: O Caso da Justa Trama – Cadeia Solidária do Algodão Agroecológico, 2007.146 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SÃO CARLOS (Município). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Projeto: Ampliação das ações do Centro**

Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho” do Município de São Carlos.
São Carlos: PMSC, 2009.

_____. Lei nº 15.196 de 26 de fevereiro de 2010. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 27 fev. 2010, p.03. 2010a.

_____. Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego e Renda – Departamento de Apoio à Economia Solidária. **Apresentação do Departamento de Apoio à Economia Solidária (power point)**. São Carlos: PMSC, 2010b.

_____. Lei nº 15.779 de 05 de agosto de 2011. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 09 ago. 2011, p.03. 2011a.

_____. Lei nº 15.853 de 11 de outubro de 2011. **Diário Oficial do Município de São Carlos**, Poder Executivo, São Carlos, SP, 14 out. 2011, p.03. 2011b.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.127 p.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2ª Ed. São Paulo, SP: Contexto, 2003, pp. 11-28. (Coleção Economia).